

# Secretários pedem dilatação do prazo

Os secretários de São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Piauí foram bastante objetivos em suas declarações, principalmente no que se refere à obrigatoriedade de vacinações, pedindo uma dilatação no prazo para a implantação da lei. Esse prazo, segundo eles, é necessário para a preparação de pessoal qualificado e não deverá enfraquecer o esquema do plano e a sua organização a curto prazo. Eles também acharam viável a inclusão, no programa, de outras doenças, como a difteria, hepatite e moléstias venereas.

Na opinião de Walter Leser, secretário da Saúde de São Paulo, a estrutura do Centro de Saúde do Estado é bastante precária, havendo necessidade de instalação de 50 unidades nos bairros da periferia, muitos dos quais têm mais de 100 mil habitantes e, apesar disso, continuam totalmente marginalizados pelos serviços de saúde. Isso, segundo Leser, torna impossível uma vigilância epidemiológica, a detecção de casos de doenças transmissíveis, seu combate por meio de vacinação e a obrigatoriedade dos atestados de vacinação, indispensáveis para o recebimento do salário-família, uma vez que não existem centro de saúde para seu fornecimento.

Ele sugeriu, durante o encontro, a regionalização dos serviços de saúde, uma vez que o Ministério está transferindo grande volume de atribuições aos Estados. O secretário também acha desnecessária a existência de várias fontes de informação de doenças, porque "elas geram confusão".

Leser informou que foram internados recentemente, em hospitais de São Paulo, 14 pessoas suspeitas de estar com meningite, mas entende que nem todos os casos sejam positivos, uma vez que os exames de laboratório ainda não foram concluídos.

Lucio Alcantara, secretário de Saúde do Ceará, salientou a necessidade de ser estabelecida uma legislação sobre vigilância epidemiológica compati-

vel com a realidade de cada Estado, sem que sejam totalmente modificadas as estruturas existentes nas várias Secretarias.

Diante das preocupações de todos os secretários com a concessão de segunda via dos atestados de vacina (já que dificilmente existem fichas para registros médicos nos centros de saúde), o ministro Almeida Machado afirmou que "isto e a vigilância epidemiológica devem fazer parte das atividades normais de uma Secretaria de Saúde", mostrando a desnecessidade de apresentação desses atestados após três anos, quando cessa o período de obrigatoriedade.

O ministro destacou, também, que a campanha contra a meningite meningocócica — "decisão compreendida por poucos e contestada por muitos" — produziu numerosos efeitos indiretos. Um deles foi fazer surgir uma consciência da necessidade da saúde pública em geral e da vigilância epidemiológica em particular.

"O outro — disse — foi o exemplo de conjugação de esforços entre a União, os Estados e os municípios. Recursos que isoladamente eram insignificantes foram integrados numa unidade com força avassaladora, capaz de aplicar 100 milhões de doses de vacinas, com o que foram vacinados 81 milhões de brasileiros em menos de um ano. Ninguém supunha que a saúde pública brasileira fosse tão poderosa".

Informou, ainda, que outra meta essencial do Ministério da Saúde será a organização do programa nacional de imunizações, considerando a frequência das enfermidades preveníveis pela vacinação de rotina e que acarretam uma sobrecarga considerável para a rede de assistência médica. "Somente nas capitais dos Estados e no Distrito Federal — informou — foram registrados, no ano passado, 1.242 óbitos devido ao sarampo, tétano, difteria e coqueluche", que poderiam ter sido evitados com uma simples vacinação de rotina.

